



SUMÁRIO EXECUTIVO

PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO DO PLANALTO SUL – PAT PLANALTO SUL



Governador do Estado de Santa Catarina

Carlos Moisés da Silva

Vice-governadora do Estado de Santa Catarina

Daniela Cristina Reinehr

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Luciano José Buligon

Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Jairo Luiz Sartoretto

Secretário Executivo do Meio Ambiente

Leonardo Schorcht Bracony Porto Ferreira

Diretor de Biodiversidade e Clima

Luciano Augusto Henning

Gerente de Meio Ambiente e Serviços Ecossistêmicos

Robson Luiz Cunha

Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina

Daniel Vinícius Netto

Diretor de Biodiversidade e Florestas

Rogério Rodrigues

Gerente de Biodiversidade e Florestas

Ana Verônica Cimardi

Coordenação do PAT Planalto Sul

Luthiana Carbonell dos Santos (IMA-SC)

Leonardo Urruth (SEMA-RS)

Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do PAT Planalto Sul

Luthiana Carbonell dos Santos (IMA-SC) - Coordenadora

Leonardo Marques Urruth (SEMA-RS) - Coordenador Executivo

Jan Karel Felix Mähler Junior (SEMA-RS)

Alexandre Krob (Instituto Curicaca)

Ricardo Silva Pereira Mello (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS)

Alvir Longhi (Centro de Tecnologias Alternativas Populares-CETAP)

Damiane Maria Boziki (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de São Francisco de Paula)

Natal João Magnanti (Centro Vianej)

Newton Borges da Costa Júnior (EPAGRI)

Roseli Lopes da Costa Bortoluzzi (Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC)

Nêmora Prestes (Associação Amigos do Meio Ambiente – AMA)

Ana Letícia Araújo de Aquino Bertoglio (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de SC – SDE)

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite

Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Ranolfo Vieira Júnior

Secretário Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul

Luiz Henrique Cordeiro Viana

Diretor do Departamento de Biodiversidade

Diego Melo Pereira

Agência Implementadora Projeto Pró-Espécies

Fabio Leite (Funbio)

Agência Executora Projeto Pró-Espécies

Alessandra Batista Manzur Caldas (WWF-Brasil)

Anna Carolina Ramalho Lins (WWF-Brasil)

Antônio Barbosa de Melo (WWF-Brasil)

Gabriela Viana Moreira (WWF-Brasil)

Mariana Gutiérrez de Menezes (WWF-Brasil)

Pedro Henrique de Souza Oliveira (WWF-Brasil)

Fotos de capa e contracapa

Anders Duarte e Iraci Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Guimarães (AG2 Comunicação)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. PAT Planalto Sul.....	4
2. Como foi elaborado o PAT.....	5
3. Quais são as espécies alvo do PAT Planalto Sul?	6
4. Quais são os objetivos do PAT?	8
5. Vetores de pressão de desafios para a conservação das espécies.....	9
6. Território Planalto Sul - Paisagem natural e cultural.....	10
7. Ambientes que compõem o Território.....	14
8. Matriz de Planejamento	18
9. Participantes do Processo	20
ANEXO – Guia de campo das espécies alvo do PAT Planalto Sul	

1. PAT PLANALTO SUL

UM PLANO PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES COM ENFOQUE TERRITORIAL

O Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Planalto Sul - PAT Planalto Sul, é um instrumento de planejamento, elaborado de forma participativa, que contém ações de conservação prioritárias a serem executadas por atores de diferentes segmentos da sociedade comprometidos com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. O PAT Planalto Sul integra o Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - *Pró-Espécies: Todos contra a extinção*.

O Plano de Ação Territorial (PAT) Planalto Sul é o primeiro Plano de Ação elaborado sob a coordenação conjunta de dois órgãos estaduais de meio ambiente: o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA-SC) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS). Tem o apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês para *Global Environment Facility Trust Fund*),

o apoio técnico dos órgãos componentes do Projeto Pró-Espécies: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), e o suporte do WWF-Brasil como agência executora e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como agência implementadora do Projeto. Foi oficializado pela [Portaria IMA nº 260 de 10/12/2019](#) e pela [Portaria SEMA nº 114 de 16/07/2020](#).

O PAT é uma estratégia de conservação semelhante aos já existentes Plano de Ação Nacionais (PANs). Nessa abordagem territorial são consideradas espécies criticamente ameaçadas de extinção de diferentes grupos taxonômicos da fauna e flora, dentro de um mesmo território, promovendo a mobilização de pessoas e a otimização de esforços e recursos para a redução dos impactos negativos sobre as espécies e seus ambientes, contribuindo, dessa forma, para sua conservação.



©Anders Duarte

2. COMO FOI ELABORADO O PAT



© Mariana Gutiérrez / WWF-Brasil

Participantes da oficina de elaboração ocorrida entre 11 e 13 de junho de 2019 em Lages/SC.

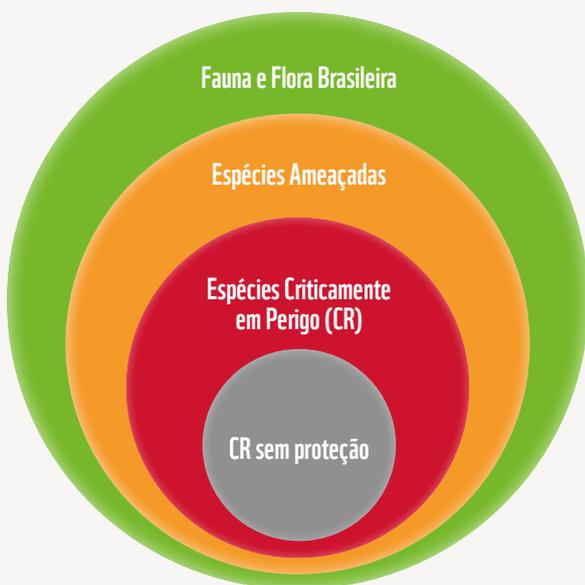
O PAT Planalto Sul foi concebido com o objetivo de conservar espécies da flora e fauna criticamente ameaçadas de extinção que não estavam amparadas em nenhuma política de conservação oficial. A elaboração do PAT se deu de forma participativa em duas oficinas de trabalho realizadas em fevereiro e junho de 2019 nas cidades catarinenses de São Joaquim e Lages, respectivamente. Na primeira oficina foi iniciada a discussão sobre limites do território a ser trabalhado, a lista de espécies alvo de conservação, e as principais ameaças às espécies, ou seja, as atividades humanas que, quando realizadas de forma desequilibrada, prejudicam a conservação das espécies no território. A partir dessas in-

formações foram definidos os Objetivos Geral e Específicos do PAT. Então, para cada Objetivo Específico foram propostas Ações de Conservação com enfoque nas espécies alvo e em seus ambientes.

A oficina de elaboração foi sediada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), campus de Lages (SC) e contou com a participação de 45 colaboradores de diferentes segmentos da sociedade, incluindo pesquisadores, gestores ambientais, produtores rurais, extensionistas, representantes de setores produtivos (agricultura e silvicultura), especialistas em conservação e manejo de biodiversidade, educadores ambientais e lideranças de comunidades tradicionais.

3. QUAIS SÃO AS ESPÉCIES ALVO DO PAT PLANALTO SUL?

Foram definidas 22 espécies alvo para o PAT Planalto Sul, sendo cinco (5) espécies da fauna e 17 espécies da flora, todas elas constantes nas Listas Oficiais de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção em nível federal ou estadual, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. As espécies alvo são, em sua maioria, aquelas avaliadas como Criticamente em Perigo (CR) de extinção pelas Listas Oficiais Nacionais, e que não estavam sob proteção até o momento, seja por unidades de conservação (UC), seja por outros planos de ação. As demais são espécies também carentes de ações de conservação e sob ameaça de extinção em nível estadual.



Os critérios principais para inclusão de espécies como alvos de conservação do PAT Planalto Sul foram: a sua classificação como Criticamente em Perigo (CR) de extinção em Listas Oficiais de espécies ameaçadas, e a ausência de políticas públicas para sua conservação. Por isso, são chamadas de "CR Lacuna".



©Valdir Hobus



©Ricardo Aranha Ramos



©Luiz Filipe Klein Varela



©Priscila Ferreira



©Luiz Roberto Malabarba



©Gustavo Heiden



©Sérgio Luiz de Siqueira Bueno



©Priscila Ferreira



©Luiz Filipe Klein Varela

Listagem das espécies alvo de conservação do PAT Planalto Sul

Nome científico	Breve descrição	Nome popular	Categoria de ameaça		
			MMA ¹	SC ²	RS ³
FLORA					
<i>Bipinnula gibertii</i>	Erva de afloramentos rochosos nos campos de altitude	Não há			CR
<i>Codonorchis canisioi</i>	Erva de afloramentos rochosos nos campos de altitude	Orquídea	CR		CR
<i>Elaphoglossum dutrae</i>	Samambaia ripária	Não há			CR
<i>Eryngium falcifolium</i>	Gravatá de campos úmidos e turfeiras	Caraguatá	EN		CR
<i>Eryngium ramboanum</i>	Gravatá de campos úmidos e turfeiras	Caraguatá	CR		CR
<i>Eugenia rotundicosta</i>	Árvore que pode atingir entre 15 e 18m	Pitangão-amargo	CR		CR
<i>Hysterionica pinnatisecta</i>	Subarbusto da Serra do Rio do Rastro	Não há	CR	VU	
<i>Isoetes sehnemii</i>	Planta reofítica de corredeiras em rios e riachos	Não há			CR
<i>Merostachys caucaiana</i>	Bambu que ocorre no sub-bosque de florestas	Bambu	CR		CR
<i>Parodia rechensis</i>	Cactus de afloramentos rochosos	Tuna	CR		CR
<i>Pavonia renifolia</i>	Erva de bordas de floresta com araucária e reófita no rio Pelotas	Roseta		VU	CR
<i>Petunia reitzii</i>	Erva de campos de altitude	Petúnia	CR	CR	
<i>Petunia saxicola</i>	Erva de campos de altitude	Petúnia	CR	CR	
<i>Sisyrinchium flabellatum</i>	Erva de campos rupestres de altitude	Não há			CR
<i>Smallanthus araucariophilus</i>	Erva de interior e borda da floresta com araucária	Não há	CR		CR
<i>Tillandsia jonesii</i>	Bromélia epífita que ocorre em paredões rochosos	Cravo-do-mato	CR		CR
<i>Tillandsia winkleri</i>	Bromélia epífita que ocorre em paredões rochosos	Cravo-do-mato	DD		CR
FAUNA					
<i>Aegla brevipalma</i>	Crustáceo de água doce	Egla	CR		
<i>Cycloramphus valae</i>	Rã de riachos de floresta	Rãzinha-das-pedras	DD	CR	DD
<i>Phyllocaulis renschi</i>	Lesma de interior de floresta	Lesma	EN		
<i>Pulsatrix perspicillata pulsatrix</i>	Coruja	Murucututu	VU	DD	EN
<i>Cambeva tropeiro*</i>	Peixe que ocorre na cabeceira do rio das Antas	Cambeva	CR		CR

1 - Portarias MMA n.º 443, 444, 445 de 2014.

2 - Resoluções CONSEMA n.º 51 de 2014 e n.º 002 de 2011.

3 - Decretos RS n.º 52.109,51.797 de 2014.

VU - Vulnerável; CR - Criticamente em Perigo; DD - Dados Insuficientes, EN - Em Perigo; LC - Pouco Preocupante

* Espécie constante na Portaria MMA 445/2014 como *Trichomycterus tropeiro*.

4. QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PAT?

O Objetivo Geral e os Objetivos Específicos foram construídos pelos participantes da oficina participativa de elaboração do PAT. O Objetivo Geral traduz a mudança que se quer alcançar por meio da implementação do PAT na conservação das espécies ameaçadas. Já os objetivos específicos visam à redução ou supressão dos fatores que ameaçam a conservação das espécies alvo.

Objetivo Geral: “Conservação da Biodiversidade do Território Planalto Sul, considerando aspectos biológicos, sociais, culturais e econômicos, com ênfase nas espécies alvo”.

Objetivos específicos:

1. Promover a proteção e ou recuperação dos ambientes de ocorrência conhecida e potencial das espécies alvo
2. Mitigar os riscos das espécies exóticas invasoras sobre as espécies alvo e seus ecossistemas
3. Contribuir para a redução da conversão de áreas nativas de ocorrência de espécies alvo
4. Reduzir as fontes de alterações físicas, químicas e biológicas prejudiciais aos ambientes de ocorrência das espécies alvo
5. Ampliar e difundir o conhecimento sobre as espécies e ambientes
6. Fortalecer as cadeias produtivas sustentáveis que conservem e restaurem a vegetação nativa



©Raquel Pretto

Para saber mais sobre as ações de conservação do PAT Planalto Sul, instituições parceiras e sobre como participar, acesse a matriz de ações nos seguintes endereços:

- <https://ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/planos-de-acao/pat-planalto-sul>
- <https://www.sema.rs.gov.br/dcmqa>

Parque Estadual do Tainhas (RS).

5. VETORES DE PRESSÃO DE DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES

Dentre os principais desafios à conservação das espécies ameaçadas e de seus ambientes no Território Planalto Sul, destacam-se a redução e a degradação do habitat, decorrentes de atividades humanas irregulares. Dentre as práticas de pequena escala estão a mineração, urbanização, o uso do fogo descontrolado e a construção de tanques e reservatórios. Já dentre as práticas que podem afetar as espécies ameaçadas em maior escala, uma vez que modificam grandes áreas dos ambientes naturais, pode-se citar a conversão da vegetação para monoculturas, como de espécies arbóreas exóticas (pinus e eucalipto) e a agricultura, realizadas muitas vezes ilegalmente.

Outro fator importante para a conservação das espécies no Território Planalto Sul está associado a informações insuficientes, prin-

cipalmente quanto ao conhecimento sobre os locais onde as espécies alvo ocorrem, e também quanto a informações ecológicas básicas sobre elas. As espécies podem apresentar poucos registros pelo fato de serem naturalmente raras, usualmente associadas a microhabitats muito específicos e/ou pouco acessíveis ou raros, como por exemplo: lajeados de beira de rios, paredões rochosos, campos úmidos, ou riachos de interior de florestas. Ou, os poucos registros das espécies poderiam ser resultado de esforço insuficiente de procura por elas em campo até o momento, não sendo necessariamente raras. Compreender esta distinção auxilia na indicação de quais espécies demandam maiores esforços amostrais de registros de ocorrência, e quais dependem de ações de proteção ao habitat de forma mais urgente.



©Erdiane Lopes da Silva

Parques Nacional Serra Geral e Aparados da Serra, limite entre os estados do RS e SC.

6. TERRITÓRIO PLANALTO SUL

PAISAGEM NATURAL E CULTURAL

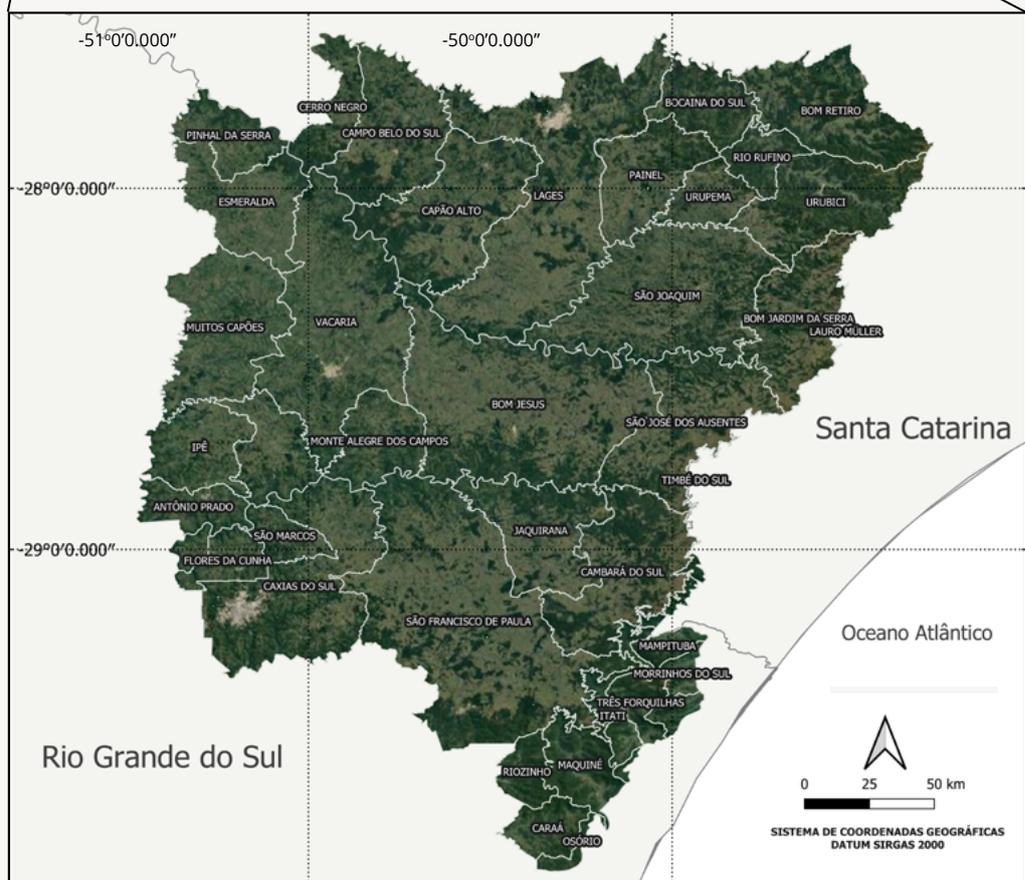
O Território Planalto Sul se situa na região das terras altas, ou serranas, do nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina, abrange 43 municípios, sendo 27 no RS e 16 em SC, em uma área total de aproximadamente 32 mil Km².

A paisagem regional é destacada pela beleza cênica, com relevo ondulado e composta pelos campos de altitude entremeados por Florestas de Araucária e Florestas Estacionais que margeiam os principais rios. Na região, podemos encontrar os picos mais altos do Sul do País, como o Morro da Boa Vista, com 1.827m de altitude, em Urubici (SC) e o Morro da Igreja, com 1.822m, em Bom Jardim da Serra (SC). No Rio Grande do Sul se destaca o Pico Monte Negro, com aproximadamente 1.400m de altitude, no município de São José dos Ausentes. Os rios são típicos de região montanhosa, encaixados, com corredeiras e cachoeiras. Também se observa a formação de áreas úmidas como banhados, campos úmidos e turfeiras. Destacam-se nessa região as nascentes dos rios Canoas e Pelotas. O rio Pelotas tem sua nascente no interior Parque Nacional de São Joaquim (SC) e, ao juntar-se ao rio Canoas, dão origem ao rio Uruguai. Ainda estão presentes no Território as bacias hidrográficas dos rios Taquari-Antas e Três Forquilhas-Maquiné.

A região está totalmente inserida no domínio da Mata Atlântica, no entanto, compõem a paisagem variados tipos de vegetação que concedem a ela uma diversidade de feições. Os campos de altitude conferem identidade única à paisagem, ao passo que em cada região, a depender das condições climáticas, relevo, altitude e tipo de solo, estes estão associados a diferentes tipos de florestas, como a Floresta com Araucária, nas terras altas (denominada Floresta Ombrófila Mista), as Florestas Estacionais, ao longo dos rios, e a Floresta Ombrófila Densa nas encostas do Planalto, essa por vezes associada às “matinhas nebulares” e à vegetação rupícola (associadas a rochas) em trechos íngremes e cânions.

A Flora regional é riquíssima, sobretudo nos campos, onde ocorre uma diversidade de espécies extremamente alta, com destaque para as gramíneas, que dominam o extrato das ervas nos campos. A Fauna é exuberante e muito diversa, sendo que boa parte delas está sob o risco de extinção. Tal característica torna o território ainda mais especial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, pois para muitas delas há pouco conhecimento científico disponível.

PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL PLANALTO SUL



Paisagem cultural



@Anders Duarte e Iraci Ribeiro

Os muros feitos com pedras basalto encaixadas, conhecidos pelo nome de taipa, são em sua maioria centenárias e possuem grande valor simbólico e significação cultural.



@Avir Longhi

Colheita de butiá (*Butia eriospatha*) realizado na agricultura tradicional no Território.

©Associação Vianei



A coleta do pinhão, que é a semente da *Araucaria angustifolia* é uma prática tradicional e de importância cultural e econômica presente no Território.

©Felipe Rangel



As belezas cênicas do Território são atrativos para o desenvolvimento do turismo.

7. AMBIENTES QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO

A. CAMPOS NATURAIS



© Júnior Santos

Limites entre os municípios de Bom Jardim da Serra (SC) e São José dos Ausentes (RS).

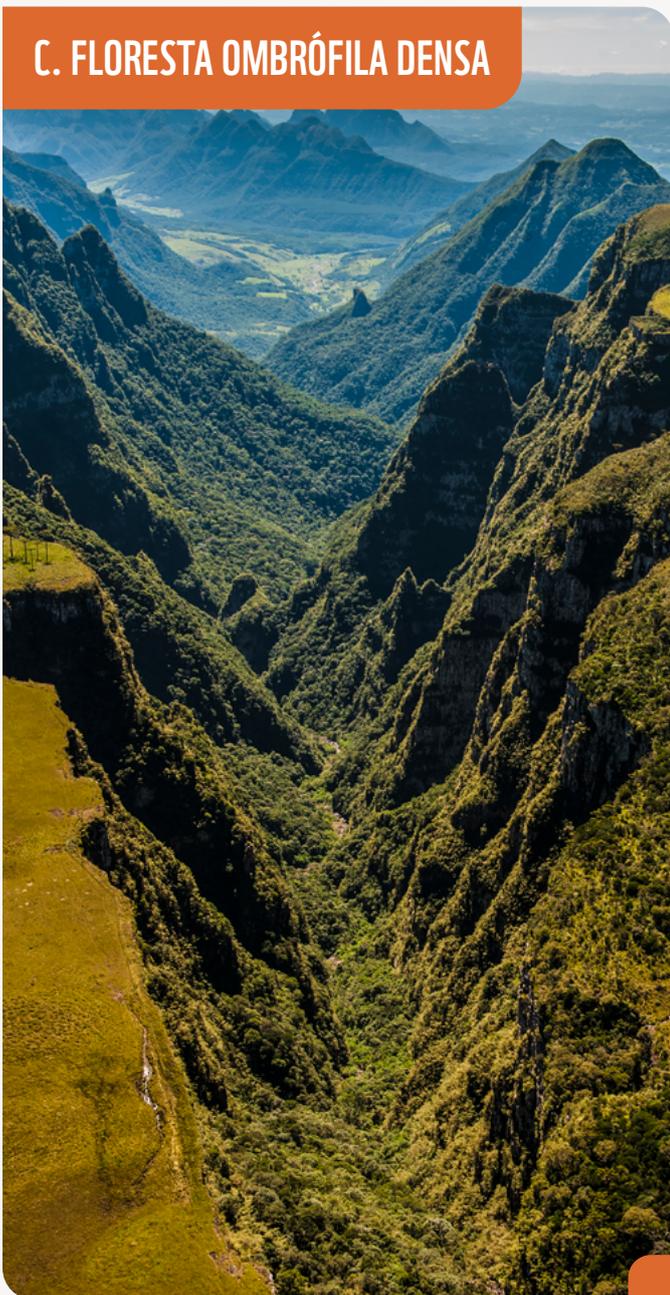
B. FLORESTAS DE ARAUCÁRIA



© Raquel Pretto

Parque Estadual do Tainhas (RS)

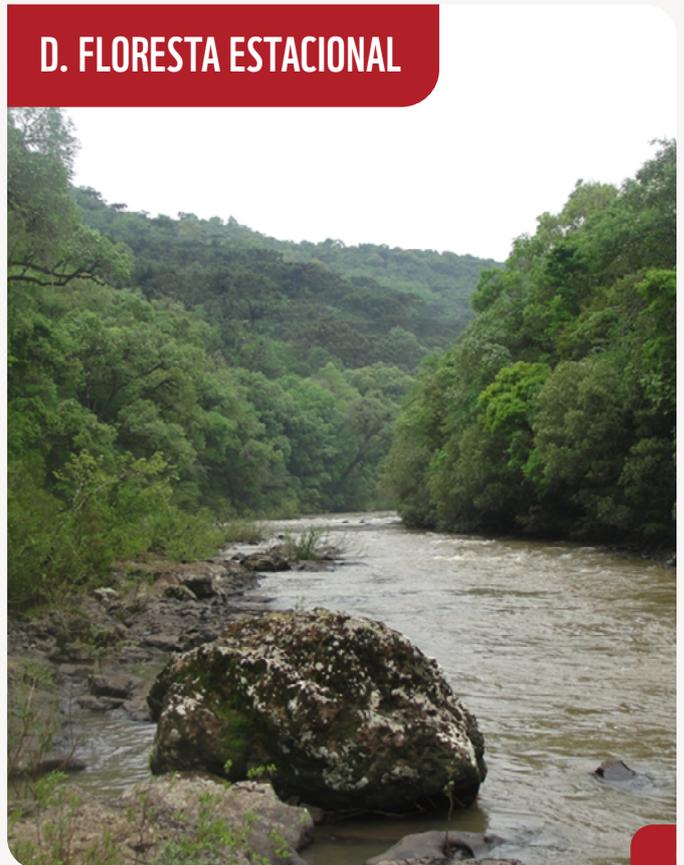
C. FLORESTA OMBRÓFILA DENSA



©Anders Duarte e Iraci Ribeiro

Cânios das Laranjeiras, Bom Jardim da Serra (SC)

D. FLORESTA ESTACIONAL



©Leonardo Urruth

Campo Belo do Sul (SC)

E. BANHADOS E TURFEIRAS



Campos dos Padres, Bom Retiro (SC)

©Anders Duarte e Iraci Ribeiro

F. CÂNIONS E PAREDÕES ROCHOSOS



Cânion das Laranjeiras, Bom Jardim da Serra (SC)

©Anders Duarte e Iraci Ribeiro

G. RIOS E RIACHOS

©Anders Duarte e Iraci Ribeiro



Urubici (SC)

7. MATRIZ DE PLANEJAMENTO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	
1. Promover a proteção e ou recuperação dos ambientes de ocorrência conhecida e potencial das espécies focais	1.1	Desenvolver estudos para a conservação do complexo Banhado Amarelo/Josafaz, considerando a integração de diferentes instrumentos de gestão.
	1.2	Priorizar a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Território do PAT Planalto Sul em Santa Catarina.
	1.3	Elaborar Termo de Referência para recuperação de áreas degradadas em campos nativos.
	1.4	Estabelecer zoneamento para proteção/conservação das espécies focais.
	1.5	Articular a criação e implantação do corredor do rio Pelotas (REVIS).
	1.6	Articular a criação e implantação do Corredor Ecológico Papagaios da Serra.
	1.7	Articular a implantação dos microcorredores de Itapeva nas porções de gradiente altitudinal.
	1.8	Apoiar municípios do território Planalto Sul na criação de UCs municipais e estimular a criação de RPPNs, subsidiando-os com as informações sobre áreas prioritárias e espécies ameaçadas dentro do território Planalto Sul.
2. Articular com órgãos de fomento à pesquisa linhas de financiamento sobre espécies exóticas invasoras para o território do Planalto Sul	2.1	Elaborar normativa para realização de análise de risco para avaliar solicitações de introdução de novas espécies exóticas.
	2.2	Elaborar normativa para uso e controle das espécies exóticas invasoras.
	2.3	Implementar ações de detecção precoce de espécies exóticas invasoras em articulação com o componente 3 do Projeto Pró-Espécies.
	2.4	Articular com órgãos de fomento à pesquisa linhas de financiamento sobre espécies exóticas invasoras para o território do Planalto Sul.
	2.5	Proposição pelos órgãos ambientais estaduais da realização de pesquisas sobre espécies exóticas invasoras para as instituições de ensino superior e de pesquisa com atuação no território Planalto Sul.
	2.6	Promover ações de sensibilização com as populações locais e órgãos de extensão rural quanto aos riscos das espécies exóticas invasoras em relação às espécies focais.
	2.7	Mapear a ocorrência de espécies exóticas invasoras no território Planalto Sul.
	2.8	Implementar as ações dos Planos de controle de espécies exóticas invasoras para o território Planalto Sul.
	2.9	Elaborar um protocolo simplificado para registro de espécies exóticas e/ou seus danos em ambientes de ocorrência potencial ou confirmada das espécies focais deste PAT, a ser aplicado nas expedições de campo que compõem o PAT Planalto Sul.
3. Contribuir para a redução da conversão de vegetação nativa nas áreas de ocorrência de espécies focais	3.1	Identificar e divulgar as espécies nativas com potencial de uso em sistemas agroflorestais e silvopastoris que valorizem o campo nativo e a Floresta Ombrófila Mista.
	3.2	Elaborar e implementar projetos de pagamento por serviços ambientais no Território Planalto Sul.
	3.3	Promover evento para divulgar e fortalecer boas práticas de manejo do campo nativo.
	3.4	Articular as ações de fiscalização das licenças de uso do fogo.
	3.5	Ministrar treinamentos para equipes dos municípios sobre o monitoramento de queimadas.
	3.6	Ministrar cursos e palestras para corpo técnico de órgãos licenciadores, responsáveis técnicos, sindicatos rurais e produtores abordando a aplicação da legislação de proteção dos campos nativos.
	3.7	Elaborar uma proposta de criação de certificação das propriedades criadoras de gado em campo nativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	
4. Reduzir as fontes de alterações físicas, químicas e biológicas prejudiciais aos ambientes de ocorrência das espécies focais	4.1	Elaborar e articular a implementação de um programa de estímulo à substituição de métodos convencionais por métodos de produção agroecológica ou orgânica, nos municípios de entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.
	4.2	Elaborar programa de extensão rural junto às propriedades não regularizadas dentro dos limites dos PNAS-PNSG e em sua Zona de Amortecimento, a fim de orientar moradores quanto às práticas necessárias para proteger os ambientes de potencial ocorrência das espécies focais deste PAN.
	4.3	Promover Programa de divulgação e sensibilização quanto aos efeitos dos agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) sobre a saúde de pessoas e ambientes.
	4.4	Propor ações para a adequação ambiental através da extensão rural em propriedades na região do único ponto de ocorrência do caranguejo-de-água-doce (<i>Aegla brevipalma</i>).
	4.5	Elaborar um programa de monitoramento da qualidade de água dos principais rios presentes nos municípios de entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.
5. Ampliar e difundir o conhecimento sobre as espécies e ambientes	5.1	Identificar áreas prioritárias para a conservação das espécies focais e seus ambientes dentro do território.
	5.2	Coletar dados sobre as espécies focais em áreas conhecidas ou com ocorrência potencial no território Planalto Sul.
	5.3	Estabelecer e manter coleção <i>ex situ</i> de quatro (04) espécies focais da flora e realizar estudos para possível reintrodução.
	5.4	Avaliar a situação atual de áreas indicadas como prioritárias para a conservação e com potencial ocorrência de espécies focais.
	5.5	Identificar os dispersores do pitangão-amargo (<i>Eugenia rotundicosta</i>).
	5.6	Articular a formação de grupo de colaboradores para sistematizar, pesquisar e difundir informações sobre efeitos de mudanças climáticas no território.
6. Fortalecer as cadeias produtivas sustentáveis que conservem e restaurem a vegetação nativa	6.1	Estimular a conexão entre produção e mercado envolvendo o beneficiamento e a comercialização de produtos, a partir da articulação de atores de cadeias produtivas sustentáveis.
	6.2	Promover a restauração e conservação por meio de sistemas agroflorestais de base ecológica e extrativismo sustentável, a partir da atuação em rede.
	6.3	Promover a Certificação Agroflorestal ou instrumento análogo no território do PAT em SC.
	6.4	Incentivar estratégias de reconhecimento da pecuária em campo nativo como prática ambientalmente sustentável.
	6.5	Constituir foro para articular e difundir a regularização, estímulo e valorização das Cadeias Produtivas Sustentáveis no âmbito do PAT, a partir das iniciativas existentes.
	6.6	Promover o fortalecimento da cadeia do pinhão como referência para as demais cadeias produtivas, considerando a conservação pelo uso de <i>Araucaria angustifolia</i> , da Floresta Ombrófila Mista e dos campos de altitude.

8. PARTICIPANTES DO PROCESSO

- Adelar Mantovani** - Universidade Estadual de Santa Catarina
- Alexandre Krob** - Instituto Curicaca
- Alexandre Siminski** - Universidade Federal de Santa Catarina
- Alvir Longhi** - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- Ana Cimardi** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Ana Letícia Araújo de Aquino Bertoglio** - Secretaria de Desenv. Econômico Sustentável - SC
- Anna Carolina Lins** - WWF-Brasil
- Ari Nelson** - Jardim Botânico de Porto Alegre - SEMA
- Bárbara Lucas Pacheco** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Camila Oliveira Rocha** - Ministério do Meio Ambiente
- Carolina Couto Waltrich** - Centro Vianei de Educação Popular
- Caroline Zank** - Instituto Curicaca
- Cláudio Rodrigues Fabi** - CEPTA - ICMBIO
- Damiane Maria Boziki** - Sec. de Meio Ambiente de São Francisco de Paula
- Débora Brasil** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Débora Vanessa Lingner** - Universidade Regional de Blumenau
- Dennis Nogarolli Patrocínio** - Departamento de Biodiversidade - SEMA
- Edenice Brandão de Ávila de Souza** - FLONA de São Francisco de Paula - ICMBIO
- Eridiane Lopes da Silva** - PARNA Aparados da Serra e Serra Geral - ICMBIO
- Fernando Verdi Guazzelli** - Agricultor Ecológico
- Gabriela Peixoto Coelho de Souza** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Glaysen Ariel Bencke** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Ilton Agostini Júnior** - Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina
- Ingrid Heydrich** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Ives Luiz Lopes** - FETAESC
- Jaime Martinez** - Universidade de Passo Fundo
- Jan Karel Felix Mahler Junior** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Janine Oliveira Arruda** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Jaqueline de Paula** - Conselho Estadual dos Povos Indígenas - RS
- Jefferson Flaresso** - EPAGRI-SC
- João Larocca** - Austroflora Ltda
- José Luis Martins Alves** - EPAGRI-SC
- Joseli Stradioto Neto** - EPAGRI-SC
- Juliano Ferrer** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Ketulyñ Fñster Marques** - Parque Estadual do Tainhas - SEMA
- Laio Zimmermann Oliveira** - Universidade Regional de Blumenau
- Lucas Richter** - Departamento de Biodiversidade - SEMA
- Luis Antonio dos Santos de Freitas** - Secretaria de Desenv. Econômico Sustentável - SC
- Luisa Xavier Lokschin** - Departamento de Biodiversidade - SEMA
- Luiz Carlos Peron** - FETAESC
- Luiz Cláudio Schneider** - Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina
- Marcio Verdi** - CNCFlora - Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- Marco Azevedo** - Museu de Ciências Naturais/SEMA-RS
- Marcos Eugênio Maes** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Mariana Gutiérrez de Menezes** - WWF-Brasil
- Martin Molz** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Michel Tadeu de Omena** - Parque Nacional de São Joaquim - ICMBIO
- Natal João Magnanti** - Centro Vianei de Educação Popular
- Natália Rosa Delazeri** - Departamento de Biodiversidade - SEMA
- Natividade Ferreira Fagundes** - Jardim Botânico de Porto Alegre - SEMA
- Názaro Vieira Lima** - EPAGRI - SC
- Nêmora Prestes** - Associação Amigos do Meio Ambiente
- Newton Borges da Costa Junior** - EPAGRI-SC
- Patrícia Serafini** - CEMAVE - ICMBIO
- Patrick Colombo** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Pedro de Sá Rodrigues da Silva** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Priscila Heinzen** - Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina
- Priscila Porto Alegre Ferreira** - Jardim Botânico de Porto Alegre - SEMA
- Rafael Kamke** - Fundação CERTI
- Raquel Pretto** - FEPAM - RS
- Ricardo Silva Pereira Mello** - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
- Roberta Holmes** - Ministério do Meio Ambiente
- Rosana Senna** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Roseli Lopes da Costa Bortoluzzi** - Universidade Estadual de Santa Catarina
- Shigueko Ishiy** - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Ulisses de Andrade** - Associação Catarinense de Empresas Florestais
- Vinícius Bertaco** - Museu de Ciências Naturais - SEMA
- Walter Steenbock** - CEPESUL - ICMBIO



PRÓ ESPÉCIES

Todos contra a extinção



Instituições parceiras:



A elaboração do Plano de Ação Territorial para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção do Planalto Sul foi financiada com recursos do *Global Environment Facility* (GEF) por meio do Projeto 029840 – Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas – Pró-Espécies: Todos contra a extinção.